

AS LICENCIATURAS NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA E A LEI 10.639/2003: DESAFIOS NO CONTEXTO FORMATIVO¹

Rebeca Passos do Nascimento¹, Ananda Rocha², Dailza Araújo Lopes³.

RESUMO

O presente estudo tem como finalidade analisar de que forma temáticas correlatas à lei 10.639/2003 aparecem referenciadas nos Projeto Pedagógicos dos Cursos (PPCs) das licenciaturas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) - *campus* Jequié-BA. Para tanto, utilizamos a perspectiva metodológica de cunho qualitativo e para alcance dos resultados, a Análise documental do Projeto Político Institucional (PPI) e os Projeto Pedagógicos dos Cursos de oito cursos de licenciatura, na busca dos seguintes descritores: raça, racismo, negro, quilombo, étnico-racial, preconceito racial, juventude negra, discriminação racial, diversidade racial, equidade racial, igualdade racial, diferença, inclusão e desigualdade. Após a análise dos dados obtidos, podemos observar que o PPI possui referência à temática contida na lei, porém de forma tímida, em contrapartida, a universidade oferta de diversos eventos, cursos, formações e debates voltados para a lei 10.639/2003 na UESB, há a necessidade de reflexão e transformação no currículo dos cursos de formação de professores/as para que atenda as demandas de formação suscitadas pela referida lei. Foi constatado ainda que, dos oito cursos de licenciatura ofertados na UESB-Campus Jequié (Ciências Biológicas, Química, Dança, Teatro, Pedagogia, Letras, Matemática com ênfase em informática e Educação Física), quatro (Ciências Biológicas, Pedagogia, Teatro e Dança) já possuem disciplinas específicas que abordam as temáticas referentes à lei, o que se configura como um processo que está em andamento, porém, é importante ressaltar que em virtude do racismo estrutural e institucional, as diretrizes de formação docente, precisam estar alinhadas às exigências da lei, com vistas a possibilitar que práticas antirracistas sejam cada vez mais cotidianas na Educação básica, e para isso, a formação de professores/as precisa ser repensada.

PALAVRAS-CHAVE: educação étnico-racial, Lei 10.639/03, Universidade, Licenciaturas, formação docente.

¹ O presente artigo é um desdobramento do Projeto “O percurso da Lei 10.639/03 em algumas escolas do município de Jequié/BA e no currículo das licenciaturas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)” financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) através do Edital 049/2022 PIBIC-AF/CNPq/UESB.

² Estudante do curso de Letras na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – Campus Jequié. Integrante do Grupo de estudos Legados Africanos, relações étnico-raciais contemporâneas e legislação educacional (GEPER-UESB/UESC).

³ Professora assistente na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – Campus Jequié. Pesquisadora no Grupo de pesquisa em Gênero, raça e subalternidades (UFRB) e no Grupo de estudos Legados Africanos, relações étnico-raciais contemporâneas e legislação educacional (GEPER-UESB/UESC).

LICENCIATURA EN LA UNIVERSIDAD ESTADUAL DEL SUDOESTE DE BAHÍA Y LEY 10.639/2003: DESAFÍOS EN EL CONTEXTO DE FORMACIÓN

RESUMEN

El presente estudio tiene como objetivo analizar cómo temas relacionados con la ley 10.639/2003 aparecen referenciados en los Proyectos de Curso Pedagógico (PPC) de los cursos de pregrado de la Universidad Estadual del Sudoeste de Bahía (UESB) - *campus* Jequié-BA. Para lograrlo, se utilizó la perspectiva metodológica de carácter cualitativo y para lograr los resultados, el Análisis Documental del Proyecto Político Institucional (PPI) y los Proyectos Pedagógicos de las Carreras de ocho carreras de pregrado, en la búsqueda de los siguientes descriptores: raza, racismo, negro, quilombo, étnico-racial, prejuicio racial, juventud negra, discriminación racial, diversidad racial, equidad racial, igualdad racial, diferencia, inclusión y desigualdad. Luego del análisis de los datos obtenidos, podemos observar que el PPI tiene referencia al tema contenido en la ley, sin embargo de manera tímida, en cambio, la universidad ofrece varios eventos, cursos, capacitaciones y debates enfocados a la ley 10.639/2003 en la UESB. , surge la necesidad de reflexión y transformación en el currículum de los cursos de formación docente para atender las demandas de formación planteadas por la citada ley. También se encontró que, de los ocho cursos de pregrado ofrecidos en la UESB-Campus Jequié (Ciencias Biológicas, Química, Danza, Teatro, Pedagogía, Literatura, Matemáticas con énfasis en Informática y Educación Física), cuatro (Ciencias Biológicas, Pedagogía, Teatro y Danza) ya cuentan con disciplinas específicas que abordan temas relacionados con la ley, lo cual es un proceso continuo, sin embargo, es importante resaltar que debido al racismo estructural e institucional, los lineamientos de formación docente deben estar alineados con los requisitos de la ley, con miras a que las prácticas antirracistas sean cada vez más comunes en la educación básica, y para ello es necesario repensar la formación docente.

PALABRAS CLAVE: educación étnico-racial, Ley 10.639/03, Universidad, Licenciaturas, formación docente

INTRODUÇÃO

Com a implementação da lei 10.639/2003 tornou-se obrigatório nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, públicos e particulares, o ensino sobre História e Cultura Africana e Afro-Brasileira. Contudo, somente a lei não garante

que a mesma seja aplicada de forma efetiva, pois há a necessidade de práticas que quebrem com os padrões eurocêntricos e busque reconhecer e valorizar a importância e contribuição da cultura africana para a construção do nosso país, bem como, o combate ao racismo estrutural⁴.

Nilma Lino Gomes (2012, p. 102) aponta que “muito já denunciemos sobre a rigidez das grades curriculares [...] e a necessidade de diálogo entre escola, currículo e realidade social, a necessidade de formar professores e professoras reflexivos e sobre as culturas negadas e silenciadas nos currículos”.

Nesse contexto, surge a inquietação pela presente abordagem de pesquisa, sobre compreender de que forma está sendo trabalhada essa lei nos cursos de licenciatura da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) - *campus* Jequié. Compreendendo que não podemos apenas questionar como os/as professores/as tratam as relações étnico-raciais em sala de aula, ou como está sendo aplicada a lei 10639/2003 nas instituições escolares, se o tema é pouco discutido nos currículos em geral, especificamente, nas licenciaturas, as quais são responsáveis pela formação de educadores/as que estarão atuando em sala de aula, ou seja, se não há mudanças nas universidades, como exigir uma preparação melhor daqueles/as que estão em sala de aula?

Nesse interim a pesquisa realizada demonstrou que há necessidade de reformulação dos Projetos Pedagógico dos Cursos (PPCs) e que se amplie os cursos de formação continuada, como forma de incorporar cada vez mais o compromisso com uma educação antirracista.

MATERIAIS E MÉTODOS

O referido trabalho faz parte de um recorte do projeto “O percurso da Lei 10.639/03 em algumas escolas do município de Jequié/BA e no currículo das licenciaturas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)” que teve como

⁴ Compreendemos por racismo estrutural o conceito operacional proposto por Silvio Almeida (2018,p. 13) “de que ele é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade.” C.f. ALMEIDA, Sílvia Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

objetivo investigar licenciaturas, plano estadual e municipal de Educação e os Projetos Político Pedagógicos (PPPs) de algumas escolas do município de Jequié. Dessa forma, a presente pesquisa se ocupou de analisar os desafios no contexto formativo das licenciaturas na UESB por meio da lei 10.639/2003.

Para tanto, no presente estudo, utilizamos como perspectiva metodológica a análise documental, uma vez que esta adequa-se para a proposta da pesquisa, pois consoante a Eduardo Lima Júnior et. al. (2021, p.42)

A pesquisa documental é aquela em que os dados logrados são absolutamente provenientes de documentos, com o propósito de obter informações neles contidos, a fim de compreender um fenômeno; é um procedimento que utiliza de métodos e técnicas de captação, compreensão e análise de um universo de documentos [...].

Sendo assim, para a coleta dos dados, foi aplicada a análise documental dos PPCs dos oito cursos de licenciaturas ofertados no campus da UESB/Jequié, sendo eles: Ciências Biológicas, Química, Dança, Teatro, Pedagogia, Letras, Matemática com ênfase em informática e Educação Física) e do Projeto Pedagógico Institucional (PPI), investigando os seguintes descritores: raça, racismo, negro, quilombo, étnico-racial, preconceito racial, juventude negra, discriminação racial, diversidade racial, equidade racial, igualdade racial, diferença, inclusão e desigualdade, buscando compreender os contextos em que as palavras buscadas foram escritas, e perceber em que medida se associavam a temática proposta pela lei 10.639/2003.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir dos dados obtidos é possível perceber que das quatorze palavras, apenas quatro aparecem citadas em contextos específicos do PPI da UESB. Observamos que o aparecimento dessas palavras em um documento fundamental para a operacionalização da universidade, não é suficiente para combater o racismo institucional existente e fortalecido historicamente pelas práticas cotidianas nas instituições, pois conforme aponta Jurema Werneck (2013, p. 16) “o racismo institucional ou sistêmico opera de forma a induzir, manter e condicionar a organização e a ação do

Estado, suas instituições e políticas públicas [...] produzindo e reproduzindo a hierarquia racial”.

Aqui torna-se importante reiterar que a UESB tem desenvolvido cotidianamente formações, palestras, eventos e debates sobre o combate ao racismo, e as ancoragens relacionadas à lei, necessitando transferir essas ações diversas para seu PPI, como forma de institucionalizar as práticas, visando uma educação antirracista concreta. (Cavalleiro, 2001).

Em relação aos cursos de licenciaturas da UESB, constatamos que o PPC do curso de Letras em vigência é o único que não traz nenhuma das palavras listadas para análise documental⁵. As demais licenciaturas possuem termos que se aproximam do contexto de abordagem da lei 10.639/2003. As palavras mais encontradas nos PPC's foram raça e étnico-racial, pois os cursos Ciências Biológicas, Pedagogia, Teatro e Dança possuem disciplinas específicas com essa temática, o que representa metade dos cursos de licenciatura ofertados na UESB,

CONCLUSÕES/CONSIDERAÇÕES

Através do referido estudo podemos perceber, que em relação ao Projeto Pedagógico Institucional (PPI) da UESB tem dialogado com as demandas propostas pela Lei 10.639/2003 através da implementação de disciplinas específicas para trabalhar com a temática nos cursos de licenciaturas da UESB, bem como, de eventos diversos que são realizados no cotidiano da universidade. Contudo, carece de uma aproximação maior às temáticas relacionadas ao combate ao racismo e preconceito racial, tendo visto que essas palavras não aparecem no documento da instituição, ou seja, que por meio da lei possa se pensar um currículo, que acima de tudo, seja antirracista.

No que tange aos de cursos de licenciaturas da UESB, são ofertadas oito cursos no *campus* de Jequié, dentre elas, em quatro licenciaturas (Teatro, Ciências biológicas, Pedagogia e Dança) trabalham com uma disciplina específica e relação a temática das

⁵ Temos a informação de algumas pessoas que integram o corpo docente do Colegiado de Letras, que o PPC se encontra em reformulação, mas não há a prerrogativa de que a temática referente à lei 10.639/2003 esteja sendo abordada.

Relações Étnico-raciais, ao passo que nos demais, observou-se através da pesquisa de palavras, que há algumas pautas que conecta-se com a lei 10.639/2003, no entanto, de forma insuficiente.

Também cabe chamarmos a atenção para o curso de Letras, pois a pesquisa demonstrou que não há um diálogo no PPC em vigência com aquilo que está proposto pela lei. Os dados obtidos mostram, explicitamente, que há uma grande necessidade de revisão do PPC do referido curso, para que possa ser implementado conteúdos que ressignifiquem e contribuam na formação dos/as discentes para lidarem com essas questões em sala de aula. Por isso, compreendemos que é necessária uma reflexão constante das diretrizes que orientam a formação inicial de professores/as, pois ainda há um caminho de transformação curricular para atender às demandas de formação docente enunciadas pela lei.

REFERÊNCIAS

1. CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola**. São Paulo: Selo Negro; Summus, 2001.
2. CONCEIÇÃO, Silvano da; SANTOS, Sara de Jesus. A implementação da Lei no 10.639/2003 numa escola municipal do interior da Bahia. **Revista Educação em Debate**, Fortaleza (CE), ano 42, n. 81, p. 9-25, jan./abr. 2020.
3. GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e a descolonização dos Currículos. **Currículo sem Fronteiras**, Porto Alegre, RS, v. 12, n. 1, p. 98-109, jan./abr., 2012.
4. KERN, Gustavo da Silva. Questão racial, ações afirmativas e currículo: uma discussão em torno das diretrizes para a educação das relações étnico-raciais. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 15, n. 28, p. 324-344, jan./jun. 2014.
5. LIMA JUNIOR, Eduardo Brandão et al. Análise Documental como percurso metodológico na Pesquisa Qualitativa. **Cadernos da Fucamp**, Fucamp, v. 20, n.44, p. 36-51, abr. 2021.
6. SILVA, Joselina da, Linhares, Angela Maria Bessa & Paulo, Adriano Ferreira de. (2019). Didática do Ensino Superior e a lei 10.639/2003 nos cursos de História do Ceará. **História & Ensino**, 25(2), 35-57.

7. SILVA, Tássia Fernanda Oliveira . Questões étnico-raciais e currículo: uma abordagem reflexiva. **Revista Fórum Identidades**, v. 9, p. 95-106, 2011.
8. WERNECK, Jurema. **Racismo Institucional**: uma abordagem conceitual. Texto produzido para o Projeto Mais Direitos e Mais Poder para as Mulheres Brasileiras (Mimeo), abril de 2013.